

Coleção Atlas de Processo Civil

Coordenação: Carlos Alberto Carmona

Tutela de Urgência no Direito Ambiental

Instrumento de Efetivação
do Princípio da Precaução

De acordo com o novo CPC

Ursula Ribeiro de Almeida

© 2015 by Editora Atlas S.A.

Capa: Leandro Guerra
Composição: CriFer – Serviços em Textos



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Almeida, Ursula Ribeiro de
Tutela de urgência no direito ambiental: instrumento de efetivação
do princípio da precaução / Ursula Ribeiro de Almeida. -- São
Paulo: Atlas, 2015. (Coleção Atlas de Processo Civil / coordenação
Carlos Alberto Carmona)

Bibliografia.
ISBN 978-85-97-00096-2
ISBN 978-85-97-00097-9 (PDF)

1. Direito ambiental 2. Meio ambiente 3. Princípio da
precaução 4. Processo civil 5. Tutela de urgência
I. Carmona, Carlos Alberto. II. Título. III. Série.

15-04654
CDU-347.9:502.7

Índice para catálogo sistemático:

1. Tutela de urgência no processo civil : Direito
ambiental 347.9:502.7

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução
total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sumário

Prefácio, xv

1 Introdução, 1

PARTE I – Tutela de Urgência no Processo Civil Brasileiro, 5

2 Origem Histórica, 7

2.1 Direitos romano, medieval e canônico, 7

2.2 Direito italiano, 8

2.3 Direito brasileiro, 10

3 Código de Processo Civil de 1973, 12

3.1 Medida cautelar, 12

3.1.1 Características, 12

3.1.2 Requisitos, 14

3.1.3 Cautelar atípica ou inominada, 15

3.1.4 Cautelar de ofício, 16

3.1.5 Modalidades de medida cautelar: antecedente e incidental, 17

3.1.6 Responsabilidade pela efetivação da medida cautelar, 17

3.2 Tutela antecipada urgente (art. 273, I, CPC/73), 19

3.2.1 Características, 19

3.2.2 Requisitos, 21

3.2.3 Antecipação de tutela de ofício, 22

3.2.4 Responsabilidade pela efetivação da tutela antecipada, 23

- 3.3 Medida cautelar e tutela antecipada urgente, 23
 - 3.3.1 Diferenças apontadas pela doutrina, 24
 - 3.3.2 Fungibilidade, 26
 - 3.3.3 A tese de José Roberto dos Santos Bedaque, 27
- 4 Novo Código de Processo Civil, 29
 - 4.1 Características, 30
 - 4.1.1 Autonomia, 30
 - 4.1.2 Instrumentalidade, 31
 - 4.1.3 Provisoriidade e estabilização dos efeitos, 31
 - 4.2 Requisitos, 32
 - 4.2.1 Probabilidade do direito, 32
 - 4.2.2 Perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, 32
 - 4.2.3 Legitimidade, 32
 - 4.2.4 Reversibilidade dos efeitos, 32
 - 4.3 Efetivação, 34
 - 4.4 Responsabilidade pela efetivação da tutela de urgência, 35
 - 4.4.1 Tutela de urgência de ofício, 36
 - 4.4.2 Liquidação da indenização, 36
 - 4.5 Tutela de urgência incidental, 37
 - 4.6 Tutela de urgência antecedente, 38
 - 4.6.1 Antecipação de tutela, 39
 - 4.6.1.1 Petição inicial, 39
 - 4.6.1.2 Contestação, 39
 - 4.6.1.3 Estabilização dos efeitos, 40
 - 4.6.2 Medida cautelar, 41
 - 4.6.3 Fungibilidade, 42
 - 4.7 Tutelas de urgência típicas, 43
- 5 Síntese Conclusiva, 45

PARTE II – Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado e Princípio da Precaução, 47

- 6 Breve Síntese da Evolução Histórica do Direito Ambiental, 49
 - 6.1 Direito internacional, 49
 - 6.2 Direito ambiental no Brasil, 53
- 7 Disciplina Constitucional do Direito Ambiental, 55
 - 7.1 Natureza do direito ao meio ambiente, 55
 - 7.2 Definição de meio ambiente, 56
 - 7.3 Dever de preservação, 57

7.4	Titulares e destinatários,	58
7.5	Competência,	59
8	Princípios do Direito Ambiental,	60
8.1	Princípio da dignidade da pessoa humana,	60
8.2	Princípio do desenvolvimento sustentável,	61
8.3	Princípio democrático: direito à informação e à participação,	62
8.4	Princípio da ampla responsabilidade,	63
8.5	Princípio do poluidor pagador,	63
8.6	Princípio da cooperação,	65
9	Princípio da Precaução,	66
9.1	Origem histórica: princípio da prevenção,	66
9.2	Definição,	69
9.3	Presunção relativa de lesividade,	71
9.4	Aplicação no direito brasileiro,	72
9.4.1	Licenciamento ambiental,	73
9.4.1.1	Competência,	74
9.4.1.2	Licenças ambientais: prévia, de instalação e de operação,	76
9.4.1.3	Medidas judiciais,	78
9.4.2	Estudo de impacto ambiental,	79
9.4.3	Audiência pública,	82
9.4.4	Auditoria ambiental,	85
9.4.5	Espaços territoriais especialmente protegidos,	86
9.4.5.1	Área de preservação permanente,	86
9.4.5.2	Área de reserva legal,	88
9.4.5.3	Unidades de conservação,	90
9.4.5.4	Zoneamento ambiental,	92
9.4.5.5	Patrimônio nacional,	93
9.4.6	Proteção da biodiversidade,	94
9.4.7	Proteção do meio ambiente cultural,	96
9.4.8	Proteção do meio ambiente urbano,	100
9.4.9	Proteção do meio ambiente do trabalho,	101
10	Síntese Conclusiva,	103
PARTE III – Tutela Jurisdicional Coletiva do Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado, 105		
11	Evolução Histórica da Tutela Jurisdicional Pátria do Direito ao Meio Ambiente,	107

12 Efetividade da Tutela Jurisdicional do Meio Ambiente, 110

12.1 Tutela inibitória, 111

12.2 Tutela específica, 112

12.3 Meios coercitivos para efetivação das tutelas inibitória e específica, 113

12.4 Restrições à efetividade da tutela jurisdicional do meio ambiente, 116

12.4.1 Restrições legais quanto à concessão de tutela de urgência, 116

12.4.2 Suspensão dos efeitos da tutela de urgência, 118

13 Ações Coletivas, 121

13.1 Ação popular, 121

13.1.1 Legitimidade ativa e passiva, 122

13.1.2 Atos jurídicos anuláveis, 124

13.1.3 Competência, 125

13.1.4 Tutela de urgência, 125

13.1.5 Sentença, 126

13.1.6 Coisa julgada, 127

13.2 Ação civil pública, 128

13.2.1 Legitimidade ativa, 129

13.2.1.1 Ministério Público, 129

13.2.1.2 Associação civil, 131

13.2.1.3 Defensoria Pública, 132

13.2.1.4 Entes federativos, autarquias, empresas públicas, fundações e sociedade de economia mista, 133

13.2.2 Legitimidade passiva, 133

13.2.3 Competência, 134

13.2.4 Tutela de urgência, 136

13.2.5 Sentença, 137

13.2.6 Coisa julgada, 139

13.3 Mandado de segurança coletivo, 141

13.3.1 Legitimidade ativa, 142

13.3.2 Direito líquido e certo coletivo, 143

13.3.3 Tutela de urgência, 145

13.3.4 Litispendência e coisa julgada, 146

14 Controle Concentrado de Constitucionalidade, 149

14.1 Ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), 149

14.1.1 Legitimidade, 150

14.1.2 *Amicus curiae*, 151

14.1.3 Objeto, 152

14.1.4 Medida cautelar, 153

- 14.1.5 Audiência pública, 154
- 14.1.6 Decisão, 156
- 14.2 Ação declaratória de constitucionalidade (ADC), 157
- 14.3 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADIN por omissão), 159
- 14.4 Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), 161

15 Síntese Conclusiva, 163

PARTE IV – Tutela de Urgência e Princípio da Precaução, 165

- 16 Proximidade entre a Tutela de Urgência e o Princípio da Precaução, 167**
 - 16.1 Finalidade, 167
 - 16.2 Juízo de probabilidade, 168
 - 16.3 Dano irreparável ou de difícil reparação, 168
 - 16.4 Tutela de urgência como meio de aplicação da precaução, 169
- 17 Aplicação Prática do Princípio da Precaução por Meio da Tutela de Urgência, 171**
 - 17.1 Suspensão de licenciamento ambiental, 171
 - 17.1.1 Ampliação de avenida na orla de São Luís (Maranhão), 172
 - 17.1.2 Ampliação de rodovia em área de preservação permanente, 173
 - 17.1.3 Aterro sanitário em área de manancial, 174
 - 17.1.4 Aterro industrial, 175
 - 17.2 Importação de pneus usados, 175
 - 17.3 Amianto (asbesto), 177
 - 17.4 Distribuição de energia elétrica, 181
 - 17.5 Estação de rádio base, 184
 - 17.5.1 Lei municipal do Distrito Federal, 186
 - 17.5.2 Estações de rádio base em Guarulhos – SP, 187
 - 17.5.3 Lei Municipal de Porto Alegre – RS, 188
 - 17.6 Usinas hidrelétricas, 189
 - 17.6.1 Usina de Belo Monte, 192
 - 17.6.2 Pequena Central Hidrelétrica Mucuri, 195
 - 17.6.3 Usina hidrelétrica de Corumbá, 196
 - 17.6.4 Usinas hidrelétricas do rio Tibagi, 196
 - 17.6.5 Usina hidrelétrica Teles Pires, 198

18 Síntese Conclusiva, 200

19 Conclusão, 203

Referências, 207